Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

31 de dezembro de 2021 e 2020 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidados	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	



Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º andar - Nova Campinas 13092-123 - Campinas - SP - Brasil

Tel: +55 19 3322-0500 Fax: +55 19 3322-0559

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e aos Acionistas da **GS Inima Industrial S.A.** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GS Inima Industrial S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de março de 2022.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

marcos Roberts

Marcos Roberto Sponchiado Contador CRC-1SP175536/O-5

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controla	dora	Consolio	dado		Nota	Controla	dora	Consolic	dado
ATIVO	explicativa	2021	2020	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	148	4.110	41.442		Empréstimos e financiamentos	11.1	-	-		2.212
Aplicações financeiras	6.2	252.410	13.389	423.373		Debêntures privadas	11.2		-	29.515	48.724
Fundo Restrito	11.2		-			Arrendamento Mercantil		227		2.046	2.943
Contas a receber	7.1	188	-	20.523		Fornecedores		101	32	12.090	10.305
Ativo financeiro	7.2	-	-	-		Obrigações sociais		916	705	8.503	9.930
Estoques		-	-	5.772		Obrigações fiscais		728	317	7.833	8.427
Impostos a recuperar		3.042	3.623	5.896		Tributos diferidos	13	-	-	-	11.028
Partes relacionadas	15	434	852	-		Partes relacionadas	15	642	2.069	9.340	11.687
Dividendos a receber	15	12.493	12.357	-		Dividendos a Pagar	15	-	-	-	2.267
Outros créditos	_	8	<u> </u>	1.932		Outras obrigações	_			800	1.846
Total do ativo circulante		268.722	34.331	498.938	202.016	Total do passivo circulante		2.614	3.123	70.127	109.369
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						Debêntures privadas	11.2	-		358.088	372.264
Fundo Restrito	11.2	_		18.719	40.000	Contas a pagar por aquisição	12	49.522	48,205	49.522	48.205
Partes relacionadas	15	10.890	10.218	10.890		Arrendamento Mercantil	12	832	40.203	990	7.175
Ativo financeiro	7.2	10.690	10.216			Partes relacionadas	15	032	-	14.385	23.866
Tributos a recuperar	1.2	-	-	- 231		Tributos diferidos	13	•	-	14.300	39.798
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	970		Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	138.096	195.743	240.405	366.943
	14	-	-	645			16	130.090		1.279	1.436
Depósitos Judiciais		-	-			Provisão para contingências	16		40		
Outros créditos	-	31 10.921	10.218	194 31.649	321.682	_Total do passivo não circulante		188.450	243.988	664.669	859.687
		10.321	10.210	01.040	021.002	Total do passivo	_	191.064	247.111	734.796	969.056
Investimentos em controladas e coligadas	8	825.807	1.116.428	-	-	·	_				
Imobilizado	9	412	78	371.289	364.560	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17				
Intangível	10	1.053	-	944.941	1.233.992	Capital social		909.360	909.360	909.360	909.360
	-	827.272	1.116.506	1.316.230	1.598.552	Reserva de lucros		6.491	4.584	6.491	4.584
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores	_	915.851	913.944	915.851	913.944
Total do ativo não circulante	-	838.193	1.126.724	1.347.879	1.920.234	Participação dos acionistas não controladores				196.170	239,250
rotal do ativo não circulánte		638.193	1.126.724	1.347.879	1.920.234	Total do patrimônio líquido	_	915.851	913.944	1.112.021	1.153.194
						rotal do patrimonio liquido	_	915.851	913.944	1.112.021	1.153.194
	_					_	_				
TOTAL DO ATIVO	_	1.106.915	1.161.055	1.846.817	2.122.250	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	_	1.106.915	1.161.055	1.846.817	2.122.250

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Nota Controlado		Consolidado	
	explicativa	2021	2020	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	18 a	172	-	350.816	376.557
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18 b	-	-	(128.654)	(119.263)
LUCRO BRUTO	-	172		222.162	257.294
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
Gerais e administrativas	18 b	(177.946)	(58.774)	(247.608)	(107.999)
Resultado de equivalência patrimonial	8	223.870	101.587	-	-
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	18 b	-	5	157.139	5
	_	45.924	42.818	(90.469)	(107.994)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO	_				
RESULTADO FINANCEIRO		46.096	42.818	131.693	149.300
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	18 c	4.578	3.019	16.084	5.542
Despesas financeiras	18 c	(2.036)	(25.089)	(37.501)	(63.676)
	-	2.542	(22.070)	(21.417)	(58.134)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS	-	48.638	20.748	110.276	91.166
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	14 b	(806)	_	(100.129)	(45.594)
Diferidos	14 b	8.643	14.094	57.657	3.133
	-	7.837	14.094	(42.472)	(42.461)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	56.475	34.842	67.804	48.705
	_				
ATRIBUÍDO À					
Participação dos acionistas da controladora				56.475	34.842
Participação dos acionistas não controladores			_	11.329	13.863
			_	67.804	48.705

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado
2021 2020
2 67.803 48.705
2 67.803 48.705
56.475 34.842
11.328 13.863
67.803 48.705

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros retidos	Lucros acumulados	PL atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020		512.360	-	-	(9.358)	503.002	246.855	749.857
Aumento de capital Lucro líquido do exercício Dividendos distribuidos Transferência para reservas	17 c	397.000	- - - 1.274	- - - 3.310	34.842 (20.900) (4.584)	397.000 34.842 (20.900)	13.863 (21.468)	397.000 48.705 (42.368)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	-	909.360	1.274	3.310		913.944	239.250	1.153.194
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	-	909.360	1.274	3.310		913.944	239.250	1.153.194
Lucro líquido do exercício Juros sobre capital próprio distribuídos Dividendos distribuidos Transferência para reservas	17 c	- - - -	- - - 2.824	- - - (917)	56.475 (2.781) (51.787) (1.907)	56.475 (2.781) (51.787)	11.328 (518) (53.890)	67.803 (3.299) (105.677)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	-	909.360	4.098	2.393		915.851	196.170	1.112.021

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Control	Controladora		dado
	explicativa	2021	2020	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		56.475	34.842	67.804	48.705
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	14 b	(8.643)	(14.094)	(57.657)	(3.133)
Depreciação e amortização	9 e 10	31.822	56.321	76.891	96.251
Baixa mais-valia	18 b	144.133	-	144.133	-
Juros sobre empréstimos e debêntures	11	-	16.669	31.620	33.002
Resultado da equivalência patrimonial	8 b	(223.870)	(101.587)	-	-
Amortização do custo de transação para empréstimos e debêntures	11	-	5.374	582	6.373
Juros e ajuste a valor presente da compra de participações		1.318	1.553	1.318	1.553
Provisão para riscos	16	(40)	40	(157)	(14)
		1.195	(882)	264.534	182.737
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(188)	-	18.927	-
Estoques		-	-	3.569	1.538
Impostos a recuperar		581	(1.291)	2.003	(956)
Ativo financeiro	7	-	-	374.272	52.908
Outros créditos		(40)	26	383	186
Fornecedores		69	(299)	1.785	822
Partes relacionadas	15	(1.681)	(11.445)	(11.230)	(11.994)
Obrigações sociais		211	(838)	(1.426)	(2.202)
Obrigações fiscais		411	250	(594)	(426)
Tributos diferidos	13	-	-	(50.826)	(7.449)
Outras obrigações		1	(91)	(1.047)	4.383
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais, antes do pagamento de juros e impostos		559	(14.570)	600.350	219.547
Juros pagos sobre empréstimos	11.1	-	(25.056)	(14)	(26.394)
Juros pagos sobre debêntures	11.2	-	-	(27.691)	(32.545)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais		559	(39.626)	572.645	160.608
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras	6.2	(239.021)	(13.389)	(405.876)	(4.108)
Fundo Restrito		-	-	4.118	1.170
Dividendos recebidos de controlada		289.516	105.059	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	9	(393)	(79)	(26.781)	(8.548)
Aquisição de ativo intangível	10	(1.114)	-	(2.427)	(7.950)
Resultado na baixa do ativo imobilizado e intangível		-	-	167	71
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento		48.988	91.591	(430.799)	(19.365)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captações de empréstimos		-	-	6	17.911
Pagamentos de empréstimos (principal)	11.1	-	(515.000)	(2.204)	(542.639)
Pagamentos de debêntures (principal)	11.2	-	-	(37.119)	(42.671)
Custo de transação	11.2	-	-	(777)	-
Arrendamento mercantil		1.059	-	13	-
Integralização de capital social	17	-	397.000	-	397.000
Pagamento de dividendos	17 c	(51.787)	(26.900)	(109.141)	(48.626)
Pagamento Juros sobre Capital Próprio	17 d	(2.781)	-	(3.299)	-
Caixa ouriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento		(53.509)	(144.900)	(152.521)	(219.025)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.962)	(92.935)	(10.675)	(77.782)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.110	97.045	52.117	129.899
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		148	4.110	41.442	52.117
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.962)	(92.935)	(10.675)	(77.782)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A GS Inima Industrial S.A. ("Companhia" ou "GS Inima Industrial") foi constituída em 17 de agosto de 2018 com a razão social de CMN Solutions A135 Participações S/A, sendo que em 24 de junho de 2019 alterou sua razão social para GS Inima Industrial S/A.

A Companhia tem como objeto a participação em outras sociedades que desenvolvam tratamento de efluentes industriais e investimento para instalação e exploração de centrais de utilidades industriais nos segmentos de geração e distribuição de vapor industrial, geração e comercialização de energia proveniente da valorização de resíduos sólidos destinados a clientes industriais.

A sede da Companhia está localizada na Rua Joaquim Floriano, 913, 5º andar, conjunto 52, sala 1, Itaim Bibi, São Paulo.

A Companhia e suas controladas são parte integrante do Grupo GS Inima, tendo com controladora direta a GS Inima Brasil Ltda. e controladora final a GS Engineering & Construction Corporation companhia listada na Bolsa de Valores da Coréia do Sul.

Impactos do COVID-19

A Companhia e suas controladas, visando a saúde e segurança de todos os colaboradores bem como de seus familiares, parceiros e clientes e considerando a necessidade da continuidade da prestação dos serviços, atua fortemente na prevenção ao contágio do Covid-19.

Em março de 2020 a diretoria aprovou um plano de contingência com medidas protetivas para evitar o contágio e disseminação da COVID19. Este plano foi elaborado com a colaboração de um infectologista e foram respeitados todos os protocolos estabelecidos por lei e recomendados por entidades da área da saúde.

Entre as medidas prioritárias estabelecemos políticas e práticas de flexibilização do local de trabalho para reduzir contato social na Companhia. Além disso, disponibilizamos materiais de higiene pessoal como álcool em gel, e elaboramos comunicados sobre as medidas protetivas contra o Covid-19.

É obrigatória a utilização de máscaras. Além disso intensificamos a limpeza dos locais de trabalho, com desinfecção das superfícies. É vedado o compartilhamento de objetos que são tocados por mão e boca. Os equipamentos de proteção individual também são constantemente higienizados.

Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas concluirão que não há efeitos materiais em suas informações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Impactos do COVID-19 -- Continuação

Os efeitos financeiros e econômicos para Companhia e suas controladas ao longo do exercício de 2022 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia suas controladas continuarão monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

2. Combinação de negócios

Histórico da aquisição

Em 10 de maio de 2019 a controladora da Companhia, GS Inima Brasil Ltda., e a BRK Ambiental - Participações em Negócios Industriais S.A. assinaram o "Quota Purchase Agreement" (QPA) de entendimentos que determinava a aquisição, por uma empresa do Grupo GS Inima no Brasil, das cotas todas nominativas e sem valor nominal, representativas de 82,76% (oitenta e dois por cento e setenta e seis décimos) do capital social do Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Operações Industriais ("FIP"). Em 28 de junho de 2019, a Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, titular de 17,24% das cotas do FIP, aceitou a oferta de venda conjunta das suas cotas.

Após o cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a operação foi concluída em 30 de setembro de 2019, passando a Companhia ser detentora de 100% das cotas do FIP.

Na data do fechamento da transação, o FIP possuía as seguintes participações:

	Participação		
	Direta	Indireta	Atividade
BRK Operações industriais S.A. ("BRK OI")	100%		Holding
Aquapolo Ambiental S.A.		51%	Produzir, fornece e comercializar água de reuso Projeto, construção, operação e manutenção para tratamento de água, efluentes, resíduos e
BRK Ambiental - Jeceaba S.A.		84,5%	energia elétrica Produção e venda de águas industriais como: água clarificada, água desmineralizada, água
Distribuidora de Água Triunfo S.A.		100%	potável e água de incêndio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Combinação de negócios--Continuação

Histórico da aquisição--Continuação

A compra da participação nos ativos industriais fez parte da estratégia de crescimento e diversificação no mercado de saneamento no Brasil. Com essa aquisição, o Grupo GS Inima passou a deter uma participação relevante na área de tratamento de água e efluentes industriais no Brasil.

Contraprestação da compra

O valor nominal da contraprestação de compra totalizou R\$1.055.418 sendo R\$1.002.908 pagos durante o exercício de 2019 e o saldo remanescente de R\$52.510 será pago anualmente em 4 parcelas a partir do quinto aniversário do fechamento da transação.

As parcelas serão ajustadas pela variação do IPCA acumulada entre 1º. de janeiro de 2019 e as datas de pagamento. Para fins de apuração da contraprestação paga, as parcelas a pagar (nota 12) foram ajustadas a valor presente com base na NTN-B projetada. Dessa forma, a contraprestação de compra totalizou R\$1.049.821.

O QPA possui uma cláusula de contraprestação contingente, "Earn-Out", a qual condiciona o possível pagamento de valores adicionais à execução de dois projetos em desenvolvimento ("Ceará Pipeline Asset" e "Espirito Santo Pipeline Asset"), o qual a administração da Companhia avalia como improvável que ocorra, motivo pelo qual o valor justo da contraprestação contingente foi considerado com valor zero, e, portanto, nenhum passivo foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia, relativo a essa contraprestação contingente.

Informações das operações

As controladas adquiridas são parceiras em projetos que unem a iniciativa pública com a privada, sendo as parceiras:

• Sabesp (Saneamento Básico do Estado de São Paulo), no maior projeto de água de reuso da América Latina, o Aquapolo.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo para terceirização de centrais de utilidade para as Indústrias do petróleo, petroquímica e siderurgia, tendo como principais clientes a Braskem S.A. ("Braskem").

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Combinação de negócios--Continuação

Informações das operações--Continuação

As atividades são realizadas com base em contratos de serviços de longo prazo, representados preponderantemente pelo fornecimento de águas industriais e pelas prestações de serviços de construção e operação de sistema de tratamento de água, efluentes, resíduos e energia elétrica, a seguir apresentados:

Controladas	Objeto do contrato	Ano inicial - final	Clientes	Índice base de reajuste anual de preços
Aquapolo	Fornecimento de água industrial ao Polo Petroquímico do ABC - SP, com a construção e operação das instalações necessárias.	2009 - 2053	Os principais são: Braskem Qpar S.A. e Braskem Petroquímica S.A.	IPCA
Jeceaba	Projeto, construção e operação de plantas para tratamento de água, efluentes, resíduos e fornecimento de energia elétrica.		Nota 3.1 parágrafo: Fatos relevantes	N/a
Triunfo	Produção de bens utilizáveis pelas empresas do Polo Petroquímico de Triunfo, tais como fornecimento de vapor, águas, ar comprimido, gases industriais e energia elétrica.	Variados	Privados, sendo o principal a Braskem S.A.	IPCA

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), alterada pelas Leis nos 11.638/07 e 11.491/09.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Para fins dessas demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são denominadas em conjunto como "Grupo".

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo, e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica O CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia considerou todas aos pronunciamentos do CPC, incluindo aqueles que passaram a vigorar em 2021.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelos administradores e acionistas da Companhia em 30 de março de 2022.

3.1. Consolidação

Companhias consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

	_País e Estado	Quantidade de ações possuídas	Participação no capital social (%)	
Jeceaba	Brasil (MG)	118.815.450	84.50	
Aquapolo	Brasil (SP)	21.633.713	51,00	
Triunfo	Brasil (RS)	114.224.101	100,00	

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. A equivalência patrimonial é calculada na mesma data do balanço da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Consolidação--Continuação

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Eliminações

As transações realizadas no exercício entre as companhias do Grupo, assim como os saldos dessas na data do balanço, são eliminados na consolidação.

Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Na combinação de negócios mencionada na Nota 2 a participação de não controladores na adquirida foi mensurada aos valores contábeis. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Consolidação--Continuação

Combinação de negócios--Continuação

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Fatos relevantes:

Em 23 de abril de 2021, a VSB exerceu seu direito de resilir imotivadamente o Contrato 522457 - DBOT, nos termos da cláusula 64 do instrumento contratual, informando que notificaria a Companhia sobre sua decisão de exercer a Opção de Compra da totalidade das ações representativas do capital social, descrita na cláusula 65, ou de adquirir os Ativos, na forma da cláusula 55 do Contrato.

Em 10 de setembro de 2021 a VSB notificou Jeceaba de sua decisão em adquirir os ativos.

O montante da operação foi de R\$493.944.892,03 (quatrocentos e noventa e três milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e dois reais e três centavos) referente à compra dos ativos de arrendamento da Jeceaba, com a consequente extinção do Contrato entre ambas as partes.

Em 06 de dezembro de 2021, a Companhia alterou o endereço de sua sede para a cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, na Avenida Juscelino Kubitscheck, 717, loja 04, bairro Vila Itacolomi.

Em linha com a estratégia do seu acionista controlador para o desenvolvimento e expansão de negócios no segmento de utilidades industriais, a Companhia permanecerá ativa e em busca de novos contratos para execução de projetos, construção, operação e manutenção de plantas de tratamento de água, efluentes e resíduos aos futuros clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Consolidação--Continuação

Fatos relevantes--Continuação

Adicionalmente, em conexão com essa notificação e transação, a Companhia analisou o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e concluiu que a Companhia não descontinuou nenhuma operação e, portanto, essa notificação de venda da Jeceaba não resulta na descontinuidade de operação da Companhia GS Inima Industrial.

Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia e suas controladas. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.2. Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. O Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-Continuação

Ativos financeiros -- Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado.

Os principais ativos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2021, eram representados por caixa e equivalente de caixa, fundos restritos, contas e receber, ativo financeiro (nota 5.4) e outros créditos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.

Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)--Continuação

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram

O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Ativo financeiro - Controlada Jeceaba

Os contratos da controlada Jeceaba possuem características similares a de uma venda de um ativo financiado, como definido no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), sendo as principais características: i) A transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil; ii) No início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil totaliza, substancialmente, todo o valor justo do ativo arrendado; e iii) Os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que apenas o cliente pode usá-los sem grandes modificações.

Dessa forma, considerando os aspectos do mencionado pronunciamento técnico e na Interpretação Técnica ICPC 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Aspectos Complementares de Arrendamento Mercantil (ICPC 03) as operações de execução de projeto, construção, operação e manutenção para o tratamento de água, efluentes, resíduos e energia elétrica daquela controlada, são classificadas como ativo financeiro (Nota 6).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-Continuação

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivo financeiros ao custo amortizado (empréstimo e financiamento)

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Passivo financeiros ao custo amortizado (empréstimo e financiamento)--Continuação

O custo amortizado é calculado em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxa taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 11.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.4. Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas", na demonstração do resultado.

Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto e construção da infraestrutura, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para o Grupo.

3.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Ativos intangíveis--Continuação

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2021, os principais ativos intangíveis (Nota 10) do Grupo eram os seguintes:

Carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação de negócios (Nota 2). As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor justo de aquisição menos a amortização acumulada e reduzidos por *impairment* se necessário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Ativos intangíveis--Continuação

Direito de uso

O direito de uso refere-se à exploração do contrato privado firmado entre as controladas e seus clientes e fornecedores, incluindo aqueles atrelados a arrendamento mercantil, foram reconhecidos ao valor justo na data da combinação de negócios Nota 2 e são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada e prazo do contrato, dos dois o menor.

Mais valia de ativo financeiro

Representam a mais valia paga em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação de negócios, como descrito na Nota 2 pelos ativos financeiros existentes na controlada Jeceaba, e são amortizados com base na vida útil dos contatos existentes, reduzidos por *impairment* se necessário (Nota 10).

Ativo de Contrato

Representam a mais valia paga em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação de negócios, como descrito na Nota 2, e são amortizados com base na vida útil dos contatos existentes, reduzidos por *impairment* se necessário (Nota 10).

3.7. Impairment de ativo não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC").

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do período.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Tributos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - diferidos--Continuação

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.9. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral do Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e vendas de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sidos atendidos para cada uma das atividades da Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Vide políticas contábeis de ativos financeiros na Nota 3.3.

Os direitos a faturar são decorrentes dos contratos de longo prazo de construção locação e operacionalização de ativos, qualificados como contratos de arrendamentos financeiros, com base na Interpretação Técnica ICPC 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 03) e no Pronunciamento Técnico CPC 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 R1).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Reconhecimento da receita--Continuação

Receita de serviços

A receita compreende o valor presente pela prestação dos serviços e é reconhecida à medida que o serviço é prestado e medido.

Receita de venda

A receita de venda compreende o valor presente pela venda de água industrial, reconhecida na medida em que as vendas são faturadas.

Receita de construção

A receita de construção é estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura e a respectiva margem de construção, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da controlada Jeceaba na formação do seu ativo financeiro, presente no contrato de arrendamento mercantil (CPC 06 (R1) e ICPC 03), uma vez que, a controlada adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados no contrato de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o método de porcentagem de conclusão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

A receita é reconhecida pela margem de construção de 7,69% sobre os custos incorridos atribuíveis ao arrendamento mercantil, margem essa apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente aos contratos de arrendamentos mercantis e, dada a sua natureza que faz parte dos principais objetivos do negócio, está sendo apresentada como receitas das operações da controlada Jeceaba. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A controlada iniciou a atualização dos direitos a faturar a partir do início das suas operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Reconhecimento da receita--Continuação

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.12. Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

As controladas disponibilizam um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994).

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos funcionários, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

Outros benefícios pós emprego

Algumas companhias do Grupo oferecem benefício de assistência médica pósaposentadoria a seus funcionários e o custo arcado por ele através de emissão de apólice individual sem custo para ao Grupo. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do funcionário no emprego até a idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado, ser contribuinte na manutenção do plano e ter tempo mínimo de vínculo.

Participação nos lucros

A Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados por cada companhia do Grupo e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.13. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do Grupo (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receita e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho do segmento e (iii) para o qual haja informação financeiras individualizadas.

A Administração do Grupo concentra na Companhia as atividades industriais no Brasil, utilizando de relatórios para tomada de decisões estratégicas considerando as atividades consolidadas dessa companhia, como um único segmento denominado ("Industrial). É dessa forma que são avaliados o desempenho das atividades e definida a locação de recursos. Por consequência essas demonstrações financeiras consideram somente um segmento de negócio.

3.14. Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) No mercado principal para o ativo ou passivo; ii) E na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

<u>Nível 1</u> - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Mensuração do valor justo--Continuação

<u>Nível</u> 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

<u>Nível 3</u> - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível

Em 31 de dezembro de 2021 todos os instrumentos financeiros do Grupo eram considerados de Nível 2.

3.15. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2021

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2021.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2021--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência--Continuação

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

O Grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 17 - Contratos de Seguros.

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante-Continuação

- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis--Continuação

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir:

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro de cada uma das companhias do Grupo. Essas estimativas estão contidas nos Planos de Negócios, que são aprovados anualmente pela Administração da Companhia e suas controladas. Anualmente, o Grupo revisa as projeções de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

Valor justo de ativos e passivos oriundos de combinações de negócios

De acordo com o CPC 15 (R1), o Grupo deve alocar o valor dos ativos adquiridos, das contingências e passivos assumidos com base nos seus valores justos estimados na data de aquisição. A administração do Grupo exerce julgamentos significativos na mensuração de ativos tangíveis, na identificação e mensuração de riscos e contingências, na mensuração de outros ativos adquiridos e passivos assumidos e na determinação de suas vidas úteis remanescentes.

O uso das premissas utilizadas para as mensurações e avaliações de risco pode resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos. O Grupo contrata empresas especializadas para apoiá-lo nessas atividades. Se os resultados futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, O Grupo estaria exposto a perdas que podem ser materiais.

Redução do valor recuperável (impairment) de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

Existindo eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor de um ativo tangível ou intangível possa não ser recuperado, os saldos dos ativos são testados para fins de mensuração da recuperabilidade, pelo menos anualmente na data das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo não foram identificados eventos ou circunstâncias que pudessem indicar a existência de *impairment* dos ativos tangíveis e intangíveis do Grupo

Reconhecimento de receita de construção

A controlada Jeceaba usa o método de porcentagem de conclusão para contabilizar seu contrato de construção. A receita de construção foi determinada e reconhecida mediante incorporação da margem de construção sobre os custos incorridos atribuíveis pelo arrendamento mercantil (Nota 3.11).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

Receita não faturada

As controladas registram as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço/venda foi prestado/comercializado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço/venda de mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes no Grupo estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração do Grupo, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, o Grupo mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos o valor provisionado corresponde ao valor estimado da causa.
- Perda possível: são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos em que o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A administração do Grupo acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo o Grupo, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

Provisão e passivos contingentes--Continuação

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber.

Ainda que a administração do Grupo acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

O Grupo participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, debêntures e partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros operados pelo Grupo têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio do Grupo.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Adicionalmente, o Grupo não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

a) Risco de crédito

A política do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

Considerações gerais--Continuação

a) Risco de crédito--Continuação

A Companhia e suas controladas possuem caixa e equivalentes de caixa, e fundos restritos, somente em bancos considerados de primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, fundos restritos e contas a receber na data do balanço (Notas 2.4, 6, e 7).

b) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas mantêm um caixa e equivalentes de caixa de R\$41.442.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Em benefício de sua gestão, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender participação em ativos para otimizar sua estrutura de capital.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.2. Gestão de capital--Continuação

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira para 31 de dezembro de 2021, podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consoli	dado	
	2021	2020	2021	2020	
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 11)	- (4.40)	- (4.440)	387.604	423.200	
 (-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6.1) (-) Aplicações financeiras (Nota 6.2) (-) Fundos restritos 	(148) (252.410) -	(4.110) (13.389)	(41.442) (423.373) (18.719)	(52.117) (4.108) (22.837)	
Dívida líquida	(252.558)	(17.499)	(95.930)	344.138	
Total do patrimônio líquido	915.851	913.944	1.112.021	1.153.194	
Total do capital	663.293	896.445	1.016.091	1.497.332	
Índice de alavancagem financeira - %	(38%)	(2%)	(9%)	23%	

5.3. Estimativa do valor justo

Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e poder concedente a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.3. Estimativa do valor justo--Continuação

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 15.

Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), Caixa Econômica Federal ("CEF"), Banco Itaú Unibanco S/A e Infrabrasil possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço.

As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da BM&F Bovespa.

Os passivos relacionados a obrigações a pagar por aquisição, são ajustados a valor presente considerando as condições de mercado, os quais se aproxima do valor justo.

Após realizada as análises acima, a Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos do Grupo, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.4. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são classificados da seguinte forma:

	Controladora		Consoli	dado
	2021	2020	2021	2020
Ativos pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	148	4.110	41.442	52.117
Fundos restritos	-	-	18.719	22.837
Contas a receber	188	-	20.523	39.450
Ativo financeiro	-	-	-	374.272
Partes Relacionadas	11.323	11.070	10.890	10.291
	11.659	15.180	91.574	498.967
Passivos financeiros nele custo amortizado				
Passivos financeiros pelo custo amortizado Fornecedores	(101)	(32)	(12.090)	(10.305)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(101)	(02)	(387.604)	(423.200)
Contas a pagar por aquisição	(49.522)	(48.205)	(49.522)	(48.205)
Partes Relacionadas	(642)	(2.069)	(23.724)	(35.553)
Dividendos	-	-		(2.267)
	(50.265)	(50.306)	(472.940)	(519.530)
	Controlad	ora	Consolid	dado
	2021	2020	2021	2020
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações Financeiras	252.410	13.389	423.373	4.108
Total	252.410	13.389	423.373	4.108

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IGP-M, da TR e do CDI, relativos a empréstimos em reais (R\$). As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.4. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Efeitos dos passivos financeiros líquidos

	Controladora Cenário	Consolidado Cenário	Aumento em	Controladora Efeito no lucro antes dos	Consolidado Efeito no lucro antes dos
2021	Provável	Provável	percentuais	tributos	tributos
TR		20.849	25		5.212
			50		10.424
CDI		10.871	25		2.718
			50		5.436

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

6.1. Caixa e equivalente de caixa

	Controlado	ora	Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
cos	148	4.110	41.442	52.117
	148	4.110	41.442	52.117
	148	4.110	41.442	52.117

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras--Continuação

6.2. Aplicações financeiras

	Controlade	Controladora		do
	2021	2020	2021	2020
Aplicações financeiras (i)	252.410	13.389	423.373	4.108
Total	252.410	13.389	423.373	4.108
Ativo circulante	252.410	13.389	423.373	4.108

⁽i) O saldo de aplicações financeiras é representado, substancialmente, por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata, certificado de Depósitos Bancários ("CDB") e operações compromissadas com bancos de primeira linha sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 99,27% do CDI.

7. Contas a receber e ativo financeiro

7.1. Contas a receber

Controladora		Consolida	ido
2021	2020	2021	2020
188	-	8.752	28.957
-	-	11.771	10.493
188	-	20.523	39.450
188	-	20.523	39.450
	2021 188 - 188	2021 2020 188 - 188 -	2021 2020 188 - 8.752 - - 11.771 188 - 20.523

⁽i) Representam valores a receber de contratos com clientes privados das controladas Aquapolo, Jeceaba e Triunfo.

7.2. Ativo financeiro

	Consolid	ado
	2021	2020
Ativo Financeiro (i)	-	374.272
Total	-	374.272
Ativo circulante	-	81.599
Ativo não circulante	-	292.673

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber e ativo financeiro

(i) Representa o ativo financeiro da controlada Jeceaba adquirido na combinação de negócio conforme (nota 3.3). O saldo é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente ao contrato de arrendamento mercantil e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receita das operações da Companhia. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A Companhia iniciou a atualização dos direitos a faturar a partir do início das suas operações. A parcela de remuneração é atualizada anualmente pelo IGPM

Conforme mencionado na nota 3.1 <u>fatos relevantes</u>, em 15 de setembro de 2021 a VSB efetuou o pagamento no montante de R\$493.944.892,03 (quatrocentos e noventa e oito milhões, novecentos e noventa e quatro mil, oitocentos e noventa e dois reais e três centavos) referente à compra dos ativos de arrendamento de Jeceaba S.A, com a consequente extinção do Contrato.

Movimentação:

	Consolid	ado
	2021	2020
Saldo inicial	374.272	428.155
Custo investimento	63.418	84.654
Atualização pela taxa de retorno	14.046	20.147
Recebimentos	(123.202)	(158.684)
Baixa	(328.534)	-
Total	-	374.272
Ativo circulante	-	81.599
Ativo não circulante	-	292.673
	-	374.272

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos

a) Resumo das informações financeiras de controladas

O quadro abaixo apresenta o resumo das infomações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

											2021
	% de	Ativo	Passivo	Ativo circulante	Ativo	Passivo	Ativo não circulante	Patrimônio	Investimento	Receita Iíquida de serviços	Lucro líquido
	participação	circulante	circulante		não circulante		líquido	líquido	(Nota 8 (b))	e vendas	do exercício
Jeceaba	84,50	173.342	3.771	169.571	1.545	786	759	170.330	143.929	135.650	228.708
Aquapolo	51,00	33.402	43.382	(9.981)	305.341	237.189	68.151	58.172	29.668	95.743	25.269
Triunfo	100,00	36.398	33.286	3.112	304.197	192.404	111.794	114.905	114.905	119.251	17.725
									288.502		
											2020
				Ativo			Ativo não			Receita Iíquida	
	% de participação	Ativo circulante	Passivo circulante	circulante	Ativo não circulante		circulante líquido	Patrimônio líquido	Investimento (Nota 8 (b))	de serviços e vendas	Lucro líquido do exercício
Jeceaba	84,50	121.306	47.204	74.102	300.095	110.008	190.087	264.189	223.240	177.559	84.105
Aquapolo	51,00	34.766	39.445	(4.679)	309.975	263.393	46.582	41.903	21.370	89.188	19.131
Triunfo	100,00	24.821	32.807	(7.986)	299.516	181.857	117.659	109.673	109.674	109.810	20.761
								-	354.284		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

b) Movimentação

							2021
	Saldo inicial	Integralização de capital nas controladas	Amortização mais valia	Baixa de investimento	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial	Saldo final
Jeceaba	223.240	-	-	-	(272.569)	193.258	143.929
Aquapolo	21.370	-	-	-	(4.590)	12.887	29.667
Triunfo	109.675	-	-	-	(12.493)	17.725	114.907
Mais Valia	762.143	-	(31.702)	(193.137)	-	-	537.304
	1.116.428	-	(31.702)	(193.137)	(289.652)	223.870	825.807

							2020
	Saldo inicial	Integralização de capital nas controladas	Amortização mais valia	Baixa de investimento	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial	Saldo final
Jeceaba	229.170	-	-	-	(76.999)	71.069	223.240
Aquapolo	19.263	-	-	-	(7.650)	9.757	21.370
Triunfo	107.914	-	-	-	(19.000)	20.761	109.675
Mais Valia	818.454	-	(56.311)	-	-	-	762.143
	1.174.801	-	(56.311)	-	(103.649)	101.587	1.116.428

Os valores de Mais Valia referem-se ao valor justo apurado na combinação de negócio (Nota 2) à proporção do Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas os valores são apresentados nas contas de ativo imobilizado ou intangíveis, de acordo com o Laudo de avaliação à valor justo preparado por especialistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Consolidado								
Custo do imobilizado bruto	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Edificações e Benfeitorias	Terrenos	Redes e Tubulações	Obras em andamento (i)	Total
Saldo em 1º janeiro de 2020	12	513	38.246	679	264.223	163	90	57.705	361.631
Adições	-	36	1.673	162	246	-	47	6.384	8.548
Alienações/baixas	-	(1)	-	-	-	-	-	(70)	(71)
Transferências	5	(96)	19.056	(63)	(216.123)	-	225.798	(28.632)	(55)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	17	452	58.975	778	48.346	163	225.935	35.387	370.053
Adições:	-	78	4.858	296	1.201	-	-	20.348	26.781
Alienações/baixas	-	-	(3.370)	(17)	(19)	-	-	-	(3.406)
Transferências	(5)	-	1.830	=	965	-	=	(2.790)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	12	530	62.293	1.057	50.493	163	225.935	52.945	393.428
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º janeiro de 2020	-	(21)	(1.435)	(97)	(145)	-	(2)	-	(1.700)
Depreciação	(4)	(75)	(3.377)	(140)	(9)	-	(192)	-	(3.797)
Transferências	(1)	30	(35)	12	43.640	-	(43.642)	-	4_
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(5)	(66)	(4.847)	(225)	43.486	-	(43.836)	-	(5.493)
Depreciação	(3)	(75)	(9.551)	(177)	(4.896)	-	(5.333)	-	(20.035)
Alienações/baixas	-	-	3.370	-	19	-	-	-	3.389
Transferências	_	-	(2)	2	-	-	-	-	_
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(8)	(141)	(11.030)	(400)	38.609	-	(49.169)	-	(22.139)
Valor contábil líquido em 31/12/2020	12	386	54.128	553	91.832	163	-	35.387	364.560
Valor contábil líquido em 31/12/2021	4	389	51.263	657	89.102	163	176.766	52.945	371.289
Vida Util (anos)	4 a 5	5 a 10	2 a 13	5	4	-	8 a 50	-	

⁽i) Valores registrados nas controladas Triunfo (R\$46.839), referente a modernização, melhorias operacionais e de infraestrutura da planta e possui expectativa de conclusão em março de 2025 e Aquapolo (R\$6.106), referente à melhoria da planta e ampliação de ramais com expectativas de conclusão em dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	Consolidado							
	Direito da carteira de clientes	Mais valia ativo financeiro	Intangível de contrato	Direito de Uso	Softwares e outros	Total		
Custo de aquisição								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	833.254	227.429	268.926	4.971	3.711	1.338.291		
Adições	-	-	-	7.943	7	7.950		
Transferencias		-	-	-	55	55		
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	833.254	227.429	268.926	12.914	3.773	1.346.296		
Adições	-	-	-	2.186	241	2.427		
Baixas	-	(227.429)	(77.326)	(9.066)	-	(313.821)		
Transferencias		-	-	-	-	-		
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	833.254	-	191.600	6.034	4.014	1.034.902		
Amortização acumulada								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	(5.993)	(8.978)	(4.298)	(506)	(71)	(19.846)		
Amortização	(27.900)	(41.478)	(20.096)	(2.617)	(363)	(92.454)		
Transferências	-	-	-	-	(4)	(4)		
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(33.893)	(50.456)	(24.394)	(3.123)	(438)	(112.304)		
Amortização	(27.896)	(13.825)	(11.528)	(3.304)	(303)	(56.856)		
Baixas	-	64.282	14.068	2.999	-	81.349		
Transferências		-	-	(1.415)	(735)	(2.150)		
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(61.789)	-	(21.854)	(4.843)	(1.476)	(89.961)		
Valor contábil líquido 31/12/2020	799.361	176.973	244.532	9.791	3.335	1.233.992		
Valor contábil líquido 31/12/2021	771.465	-	169.746	1.191	2.538	944.941		
Vida útil (anos)	30 a 40		34	1 a 5	5 a 10			
Vida útil (média)	34		34	3	7			

Cancalidada

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controlado	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.212	
Debêntures	-	-	387.604	420.988	
Total	-	-	387.604	423.200	
Circulante	-	-	29.515	50.936	
Não circulante	-	-	358.088	372.264	

11.1. Empréstimos e financiamentos

a) Composição

						Consolida	do
Modalidade e encargos financeiros anuais		Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2021	2020
Estruturado							
TJLP + 2,74%	(n)	10,48%	jan/2021	-	-	-	1.081
TJLP + 2,74% + 1%	(n)	8,60% a 10,48%	jan/2021	-	-	-	1.131
Total			_	-	-	-	2.212
			=				
Passivo circulante							2.212

b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	-	518.013	2.212	547.711
(+) Captação de novos empréstimos	-	-	6	17.911
(+) Adição de juros	-	16.669	-	-
(-) Amortização de principal	-	(515.000)	(2.204)	(542.639)
(-) Amortização de juros	-	(25.056)	(14)	(26.394)
(+) Amortização do custo de transação	-	5.374	-	5.623
Saldo no final do exercício	-	-	-	2.212

Todos os empréstimos foram quitados em janeiro de 2021

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

11.2. Debêntures

a) <u>Composição</u>

							Consolid	lado
Unidade	Debenturista	Série	Emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	2021	2020
Jeceaba	Infrabrasil	AeB	mar/2010	IGPM + 12,5%	20,32%	mar/2021	-	4.162
Aquapolo	Caixa Econômica Federal	Única	set/2011	TR + 8,75% a.a.	10,38%	ago/2029	238.274	259.314
	Custos de transação						(2.070)	(2.347)
Triunfo	Itau Unibanco S/A	Única	mai/2014	CDI + 2,67% a.a	11,14%	ago/2033	153.329	161.297
	Custos de transação						(1.930)	(1.438)
	Total					_	387.603	420.988
Passivo circul	lante						29.515	48.724
Passivo não o	circulante						358.088	372.264

b) Movimentação

	Consolidado		
	2021	2020	
Saldo no início do exercício	420.988	462.452	
(+) Adição de juros	31.620	33.002	
(-) Amortização principal	(37.119)	(42.671)	
(-) Amortização juros	(27.691)	(32.545)	
(+) Amortização do custo de transação	582	750	
(-) Custo de transação	(777)	-	
Saldo no final do exercício	387.603	420.988	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

11.2. Debêntures--Continuação

c) Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento

	Consolidado
	2021
2023	24.656
2024	34.635
2025	44.804
2026	47.385
2027	50.192
a partir 2028	156.416
	358.088

d) Outras informações da controlada Jeceaba

As debêntures da controlada Jeceaba foram quitadas em janeiro de 2021.

e) <u>Cláusulas contratuais e outras informações da controlada Aquapolo</u>

Como garantia real, Aquapolo celebrou também os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios do Contrato de Fornecimento ("Escritura"), com as seguintes características.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

11.2. Debêntures--Continuação

- e) <u>Cláusulas contratuais e outras informações da controlada Aquapolo</u>--Continuação
 - (i) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios:

A fim de garantir os pagamentos e o cumprimento integral das obrigações garantidas, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Aquapolo cede e transfere fiduciariamente aos debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos direitos creditórios atuais e futuros provenientes: (i) contrato de fornecimento; (ii) contrato de EPC - Engineering Procurement and Construction - firmado entre a Aquapolo e a Construtora Norberto Odebrecht S.A.; (iii) contrato de venda de água e rateio de despesas; (iv) depósitos, existentes ou futuros, em contas vinculadas de exclusiva titularidade da Companhia; (v) investimentos permitidos e ganhos e rendimentos dele oriundos, bem como os respectivos certificados e documentos representativos de tais investimentos; (vi) apólices de seguro, das quais a Companhia é beneficiária.

(ii) Alienação Fiduciária de Ações:

A fim de garantir o pagamento e o cumprimento das obrigações garantidas pela Aquapolo, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Aquapolo concedeu fiduciariamente em garantia aos debenturistas, os ativos: (i) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Aquapolo em 2.778 ações, atualmente detidas pela GS Inima Industrial; (ii) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Aquapolo em 2.669 ações, atualmente detidas pela Sabesp, além de todos os direitos oriundos das ações adicionais.

f) Cláusulas contratuais e outras informações da controlada Triunfo

Como garantia real, Triunfo celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Triunfo, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, com as seguintes características:

(i) Alienação fiduciária da totalidade das ações

Alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Triunfo, nos termos estabelecidos no Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado entre a até então denominada BRK Operações Industriais, o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente anuente, a Triunfo;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

11.2. Debêntures--Continuação

f) <u>Cláusulas contratuais e outras informações da controlada Triunfo</u>

(ii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios:

Cessão fiduciária de (a) 100% (cem por cento) dos direitos creditórios, de titularidade da Triunfo, decorrentes de operações de compra e venda de água e demais negócios jurídicos do objeto do Contrato de Fornecimento, celebrado entre a Triunfo e a Braskem em 31 de dezembro de 2013, tendo por objeto o fornecimento de água industrial da Triunfo à Braskem durante o prazo de 40 anos, observando os volumes, preços e demais condições definidas em contrato até a liquidação integral das Obrigações Garantidas e devidos a Trunfo pela Braskem e/ou sua sucessora, incluindo todo e qualquer direito, relacionados a estes direitos creditórios; e (b) direitos creditórios decorrentes da titularidade, pela Triunfo, nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre a Triunfo e o Agente Fiduciário.

g) Fundos restritos

As controladas possuem o montante R\$18.719 (R\$22.837 em 2020) reconhecidos à rubrica de Fundos Restritos, o qual referem -se a depósitos bancários cuja utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e retidos até o vencimento de cada contrato.

h) Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

O Grupo possui em seus contratos de escrituras de emissão de debêntures e empréstimos cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais. A consequência para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo cumpriu todas as cláusulas restritivas relativas aos financiamentos e as debêntures.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Contas a pagar por aquisição

O saldo refere-se a parcela a vencer da aquisição das controladas, Nota 2, e possui os seguintes vencimentos por ano:

	Controladora e Con	Controladora e Consolidado			
	2021	2020			
Contas a pagar por aquisição	52.511	52.511			
Ajuste a valor presente	(2.989)	(4.306)			
Total	49.522	48.205			

Essas obrigações possuem a seguinte composição por vencimento:

	2021
2024	13.128
2025	13.128
2026	13.128
2027	13.127
Ajuste a Valor Presente	(2.989)
	49.522

13. Tributos diferidos

	Consolidado	
	2021	2020
PIS diferido	-	6.555
COFINS diferido	-	30.191
ISS diferido	-	14.080
Total	-	50.826
		_
Passivo circulante	-	11.028
Passivo não circulante	-	39.798

O saldo refere-se a tributos sobre diferença temporária da receita de construção e receita de ativo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Tributos diferidos--Continuação

Conforme mencionado na nota 1, em 15 de setembro de 2021 a VSB efetuou o pagamento do montante referente à operação compra dos ativos de arrendamento de Jeceaba S.A, com a consequente extinção do Contrato, com isso, foi revertido todo o valor de tributos diferidos relacionado a esta operação.

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) <u>Composição, expectativa e movimentação de imposto de renda e contribuição social</u> diferidos

Controladora		Consolida	Consolidado	
2021	2020	2021	2020	
(138.096)	(195.743)	(239.405)	(366.943)	
(138.096)	(195.743)	(239.405)	(366.943)	
	(138.096)	(138.096) (195.743)	2021 2020 2021 (138.096) (195.743) (239.405)	

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
•	2021	2020	2021	2020
Ativo de imposto diferido				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	191	105	10.724	10.571
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	-	-	40.766	52.789
•	191	105	51.490	63.360
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue: 2022 2023 2024 2025			10.724 9.709 10.112 713	7.558 8.879 9.960 10.727
A partir de 2026			20.232	26.236
			51.490	63.360

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a) Composição, expectativa e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo de imposto diferido				
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	(4.386)	(14.280)	(11.335)	(31.561)
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	(133.901)	(181.568)	(279.590)	(398.742)
	(138.287)	(195.848)	(290.925)	(430.303)
Expectativa de realização do passivo diferido é como segue:				
2022	(4.396)	(14.280)	(11.335)	(36.829)
2023	(4.396)	(14.280)	(11.012)	(40.099)
2024	(4.396)	(14.280)	(12.878)	(43.785)
2025	(4.396)	(14.280)	(8.831)	(47.471)
a partir de 2026	(120.703)	(138.728)	(246.869)	(262.119)
	(138.287)	(195.848)	(290.925)	(430.303)
Total de imposto diferido ativo (passivo)	(138.096)	(195.743)	(239.435)	(366.943)

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 1º de Janeiro de 2020		(195.743)	-	(366.943)
Baixa mais valia	-	49.004	-	69.851
Reconhecido na demonstração de resultado	-	8.643	970	56.687
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(138.096)	970	(240.405)

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos, para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. Esses prejuízos, embora não reconhecidos, não possuem data de expiração, conforme legislação corrente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a) <u>Composição, expectativa e movimentação de imposto de renda e contribuição social</u> diferidos--Continuação

Conforme mencionado na nota 3.1, em 15 de setembro de 2021 a VSB efetuou o pagamento referente a compra dos ativos de arrendamento de Jeceaba S.A, com a consequente extinção do Contrato com isso foi revertido todo o valor de imposto e renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias do contrato de arrendamento.

b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do Grupo, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicável aos lucros das empresas combinadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	48.638	20.748	110.275	91.166
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(16.537)	(7.054)	(37.493)	(30.996)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	76.116	34.540	-	-
IR e CS diferidos não reconhecidos (ii)	(9.544)	(9.904)	(9.544)	(9.904)
IR e CS diferidos não reconhecidos (i)	(42.198)	-	(42.198)	-
IR e CS diferidos reconhecidos (i)	-	-	61.392	-
JCP	-	-	1.135	-
Diferenças Permanentes	-	(3.488)	(15.764)	(1.561)
	7.837	14.094	(42.472)	(42.461)
Despesa com imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(806)	-	(100.129)	(45.594)
Diferido	8.643	14.094	57.657	3.133
Total	7.837	14.094	(42.472)	(42.461)

⁽i) Conforme mencionado na nota 1, em 15 de setembro de 2021 a VSB efetuou o pagamento do montante referente à operação compra dos ativos de arrendamento de Jeceaba S.A, com a consequente extinção do Contrato, com isso, foi revertido todo o valor de imposto e renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias do contrato de arrendamento, e na controladora devido a baixa da mais valia foi revertido o valor com efeito entre ativo e passivo.

⁽ii) Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui o montante de R\$28.071 de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para os quais não foi reconhecido tributos diferidos ativos em função de sua característica de holding, sem lucro tributário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas

A tabela abaixo apresenta os saldos e transações com partes relacionadas:

		Controladora								
			2021					2020		
	Dividendos	Contas	Contas	Custos /	Resultado	Dividendos	Contas	Contas	Custos /	Resultado
	a receber	a receber	a pagar	Despesas finan gar operacionais	financeiro	a receber	a receber	a pagar	Despesas operacionais	financeiro
GS Engineenring	-	-	(270)	-	(13)	-	-	(1.186)	(930)	(63)
GS Inima Brasil (i)	-	10.890	(372)	(7.331)	672	-	10.218	(883)	(6.648)	218
Jeceaba (iii)	-	-	-	-	-	12.357	579	-	-	-
Triunfo (v)	12.493	434	-	-			273	-	-	-
Total	12.493	11.323	(642)	(7.331)	659	12.357	11.070	(2.069)	(7.578)	155

	Consolidado								
			2021						
	Contas a receber	Contas a pagar	Custos / Despesas operacionai	Resultado financeiro	Contas a receber	Contas a pagar	Custos / Despesas operacionais	Resultado financeiro	
GS Engineenring	-	(270)	-	(13)	-	(1.186)	(930)	(63)	
GS Inima Brasil (i)	10.890	(372)	(7.331)	672	10.218	(882)	(6.648)	218	
Sabesp (ii)	-	(22.906)	-	(1.619)	73	(33.286)	-	(1.402)	
Copasa	-	-	-	-	-	(2.267)	-	-	
Jeceaba (iii)	-	-	(1.366)	-	-	(65)	(1.107)	-	
Aquapolo (iv)	-	-	(678)	-	-	-	(652)	-	
Triunfo (v)	-	(176)	(1.763)	<u> </u>	-	(134)	(1.171)	-	
Total	10.890	(23.724)	(11.138)	(960)	10.291	(37.820)	(10.508)	(1.247)	

⁽i) O saldo do contas a pagar na controladora referem-se a custos com a aquisição e rateio de despesas que foram pagas pela GS Inima Brasil e convenio de rateio de despesas entre as partes, O saldo do contas a receber refere-se ao contrato de mútuo do controlador GS Inima Brasil, os quais são atualizados mensalmente pelo CDI acrescido de 2,05% ao ano.

As transações com partes relacionadas são conduzidas com base em nas condições acordadas entre as partes.

Remuneração de pessoal chave da administração

⁽ii) O saldo do contas a pagar no consolidado referem-se a contratos de mútuos da controlada Aquapolo, os quais são atualizados mensalmente pelo CDI acrescido de 1,22% ao ano, com vencimento em 31 de dezembro de 2023.

⁽iii) O saldo do contas a receber refere-se a dividendos mínimos obrigatórios a receber da controlada Jeceaba.

⁽iv) O saldo do contas a pagar no consolidado referem-se ao convênio de rateio de despesas entre as partes.

⁽v) O saldo do contas a pagar no consolidado referem-se ao convênio de rateio de despesas entre as partes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração do pessoal chave da Administração, que contempla a Diretoria das controladas, foi de R\$5.376 (R\$4.725 em 2020), registradas no grupo de despesas administrativas, e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos.

16. Provisões para contingências

As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Contingências		Contingências	
	trabalhista e		trabalhista e	
	previdenciárias	Total	previdenciárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	40	40	1.436	1.436
(+) Provisões adicionais reconhecidas	-	-	165	165
(-) Reduções decorrentes de remensuração	(40)	(40)	(322)	(322)
Saldo em 31 de dezembro de 2021			1.279	1.279

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais as empresas da Companhia são rés e para as quais a classificação de perda é provável.

a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída.

A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo composição:

	Consolidado			
Natureza	2021	2020		
Contingências trabalhistas e previdenciárias	5.571	3.001		
Reclamações tributárias (i)	32.536	7.210		
	38.107	10.211		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisões para contingências--Continuação

- a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível--Continuação
 - (i) Em 2021, a Companhia sofreu fiscalização da Receita Federal. Na ocasião, o Fisco entendeu que a despesa financeira da Controladora incorporada em 2013 não seria dedutível na apuração de IRPJ e CSLL, fato que resultou na lavratura de auto de infração concernente à glosa dessa despesa, dos períodos de 2016 a 2019. Cumpre salientar que os fatos geradores ocorridos anteriormente à data de conclusão do contrato de compra do segmento industrial celebrado entre GS Inima Industrial e BRK (30/09/2019) são de responsabilidade da BRK.

As contingências possíveis das controladas, mencionadas acima, referem-se fundamentalmente a discussão existentes antes da combinação de negócios mencionadas na Nota 2. Caso estas contingências se realizem antes do prazo de vencimentos das "Obrigações a pagar por aquisição" - Nota 12, o contrato de aquisição das controladas prevê a possibilidade de compensação dos possíveis desembolsos com aquela obrigação.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 17 de agosto de 2018, foi aprovada a constituição da Companhia, sendo integralizado o capital de R\$500,00 (quinhentos reais) mediante a emissão de 500 ações ordinárias.

Em 24 de junho de 2019, mediante a emissão de 799.500 ações ordinárias e em 26 de setembro de 2019 mediante a emissão de 511.560.000 ações ordinárias os acionistas aprovaram a subscrição e integralização do capital social da companhia no montante de R\$800 e R\$511.560 respectivamente.

Em 26 de agosto de 2020, mediante a emissão de 397.000.000 ações ordinárias os acionistas aprovaram a subscrição e integralização do capital social da companhia no montante de R\$397.000.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor do capital social integralizado é de R\$909.360, e está representado por 909.360.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

 Capital social
 Quantidade de ações
 % de participação

 GS Inima Brasil Ltda.
 909.360
 909.360.000
 100

 909.360
 909.360.000
 100

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

c) Distribuição de dividendos

Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 15 de dezembro de 2020, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$20.900, referente aos lucros existentes até aquela data.

Em 21 de dezembro de 2021, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$51.787, que foram pagos em 23 de dezembro de 2021, e foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021.

d) Juros sobre capital próprio

Em 21 de dezembro de 2021, os acionistas aprovaram a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$2.781, que foram pagos em 23 de dezembro de 2021.

e) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro líquido básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

e) Lucro (prejuízo) por ação

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	56.475	34.842
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	909.360	909.360
Lucro básico por ação	0,06	0,04

A Companhia não possui ações preferenciais em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

18. Resultado do exercício

a) Receita

As reconciliações das receitas auferidas são conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Serviços de construção	-	-	850	4.162
Água de Reuso	-	-	260.661	243.754
Prestação de serviço	200	-	202.245	258.310
Ativo financeiro	-	-	(46.579)	(58.045)
Total das receitas	200	-	417.177	448.181
Impostos sobre receitas	(28)	-	(66.361)	(71.624)
	(28)	-	(66.361)	(71.624)
Receita líquida	172		350.816	376.557

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado do exercício--Continuação

b) Custos e despesas por natureza

	Consolidado			
CUSTO	2021	2020		
Com pessoal	36.385	28.250		
Materiais	33.224	27.036		
Serviços de terceiros	22.961	21.329		
Energia elétrica	11.386	11.531		
Depreciação/amortização	20.071	21.901		
Outros custos com operação	4.627	9.216		
Total	128.654	119.263		

	Controlado	ora	Consolidado		
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	2021	2020	2021	2020	
Gerais e administrativas					
Com pessoal	569	1.195	10.684	10.574	
Materiais	22	20	174	221	
Serviços de terceiros	940	8.115	18.885	24.495	
Depreciação/amortização	31.822	56.321	56.820	74.350	
Baixa mais valia	144.133	-	144.133	-	
Outras despesas	460	(6.877)	16.912	(1.641)	
Subtotal	177.946	58.774	247.609	107.999	
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas					
Outras receitas operacionais (a)	-	-	(493.944)	-	
Outras despesas e receitas operacionais (a)	-	-	337.070	-	
Outras despesas e receitas operacionais líquidas		(5)	(265)	(5)	
Subtotal		(5)	(157.139)	(5)	
Total das receitas e despesas operacionais	177.946	58.769	90.470	107.994	

⁽a) Resultado da venda do ativo financeiro da companhia. Conforme mencionado na nota 3.1, em 15 de setembro de 2021 a VSB efetuou o pagamento referente a compra dos ativos de arrendamento de Jeceaba, com a consequente extinção do Contrato, conforme nota explicativa número 3.1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado do exercício--Continuação

c) Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.590	2.490	15.015	4.680	
Juros sobre títulos recebidos	-	-	16	-	
Variação monetária e cambial	822	332	887	460	
Outros	166	197	166	402	
Total	4.578	3.019	16.084	5.542	
Despesa financeira					
Juros sobre financiamentos e debentures	-	(16.669)	(31.628)	(51.788)	
Juros sobre títulos pagos	-	-	(15)	-	
Custo transação	-	(5.404)	(976)	-	
Variação cambial passiva (i)	(1.565)	(1.836)	(1.593)	(1.836)	
Outras	(471)	(1.180)	(3.289)	(10.052)	
Total	(2.036)	(25.089)	(37.501)	(63.676)	
Resultado financeiro líquido	2.542	(22.070)	(21.417)	(58.134)	

19. Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica e as coberturas são estabelecidas pela administração.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Seguros--Continuação

	Consolidado
	Importâncias
Tipo de cobertura	seguradas
Responsabilidade civil	130.000
Riscos ambientais	30.000
Riscos operacionais	410.000
Garantia compra e venda energia	2.566
Fiança locatícia	230
Veículos	1.000